

RELATÓRIO & CONTAS 2013

Cabo Verde Fast Ferry S.A

Conteúdo

1. Sumário Executivo 1
2. Indicadores Chaves 3
3. Órgãos Sociais 4
4. Estrutura Accionista 5
5. Principais Acontecimentos 5
6. Enquadramento Geral 6
7. Actividade Operacional 10
8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa 12
9. Recursos Humanos 12
10. Sistema de Informação 13
11. Análise Económica e Financeira 14
12. Perspectivas de evolução futura 19
13. Agradecimentos 20
14. Proposta de aplicação de resultados 21
15. Declaração de Cumprimento 22

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

IV. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Sumário Executivo

A Cabo Verde Fast Ferry – CVFF, completou o seu terceiro ano de operações efectivas num ambiente económico de negócio desfavorável, caracterizado por uma tendência decrescente dos principais indicadores e sinais insipientes de recuperação. No entanto, registou em 2013 um exercício notavelmente melhor dos já realizados. O grande desafio para a empresa, para o ano em questão, prendia-se com o seu realinhamento, que basicamente passava por, urgentemente, estancar o escalar do endividamento e conseguir acesso e viabilização do seu refinanciamento. Para tal, estrategicamente, conquistou novas parcerias que permitiram a mobilização de recursos materiais e financeiros que culminaram com a obtenção de grande parte do financiamento necessário.

No final do ano, a CVFF concretizou as perspectivas que alimentava, da recepção da segunda unidade, o LIBERDADI, ao mesmo tempo que iniciavam os trabalhos de reparação da terceira unidade, o PRAIA D'AGUADA, para a constituição e consolidação da sua frota. No mercado nacional, inaugurou uma nova linha, incluindo a Ilha de S. Nicolau no itinerário da única unidade activa, o KRIOLA, na busca do crescimento do volume de negócios.

A nível interno, a reorganização e melhorias funcionais dos serviços, bem como a implementação de instrumentos e medidas de controlo, resultaram numa significativa melhoria do desempenho e dos indicadores de gestão.

A actividade da empresa durante o ano, ainda a explorar uma única unidade operacional, caracterizou-se por uma evolução positiva, tendo registado, pela primeira vez, resultados operacionais positivos, continuando a contrariar o mercado que registou um decréscimo do tráfego de Passageiros e de Mercadorias, a nível nacional e nas rotas servidas.

Persiste a falta de disponibilidade de infra estruturas adequadas - rampas nos diversos portos - de forma a alargar-se os itinerários e a cobertura do mercado nacional, o que condicionou o resultado do esforço contínuo de melhoria de performance operacional da empresa, e de uma eficiente utilização dos seus recursos.

O destaque vai para os principais acontecimentos registados durante o exercício, e que demonstram a mobilização e o engajamento de todos os interesses e actores, cada um no seu papel, tais como Obrigacionistas, Accionistas, O Estado de Cabo Verde, e todas as Entidades e Instituições com quem a CVFF interagiu na sua concretização.

É de relevo o papel do Estado de Cabo Verde e suas diversas instituições no impulsionar das acções que conduziram a concretização dos acontecimentos referidos abaixo, que abrem uma perspectiva real do desejado realinhamento da Empresa. É ainda com a aprovação da Carta de Politica de Transportes que o Estado, pretendendo reorganizar o sector marítimo, em particular, e dentro do sistema de transporte nacional, melhora a perspectiva do desenvolvimento e da exploração desta actividade económica.

O desafio para a CVFF passa, ainda, pela mobilização de mais recursos para o seu efectivo equilíbrio financeiro, de forma a desenvolver a sua actividade com o objectivo principal de se posicionar no mercado e no sistema nacional de transporte como um operador de referência na prestação de serviço de transporte marítimo, desenvolvendo as suas valências como actor incontornável da intermodalidade e dentro da cadeia logística, potenciando assim o seu efectivo crescimento.

2. Indicadores Chaves

BALANÇO	2013	2012
Activo não corrente	1 769 145	1 685 742
Activo Corrente	103 661	27 454
Activo Total	**1 872 807**	**1 713 196**
Capital Social	110 000	51 492
Prestação suplementares	22 962	1 470
Resultado Transitado	(424 878)	(227 997)
Resultado líquido	(126 916)	(196 881)
capital próprio	**(418 832)**	**(371 916)**
Passivo não corrente	1 851 624	1 491 243
Passivo Corrente	440 015	593 869
Passivo Total	**2 291 639**	**2 085 112**
RESULTADOS	**2013**	**2012**
Volume de Negócios	242 935	211 865
EBITDA	81 398	21 464
Resultados Operacionais	27 214	(32 755)
Resultados Líquidos	(126 916)	(196 881)
FLUXO DE CAIXA	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	53 095	39 155
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(366 639)	(2 629)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	383 825	(39 915)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	70 281	(3 390)
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	**2013**	**2012**
ROA	-6,8%	-11,5%
ROS	-44,8%	-92,8%
EBITDA MARGIN	33,5%	10,1%
EBIT MARGIN	11,2%	-15,5%
INDICADORES DE ACTIVIDADE	**2013**	**2012**
Rotação do activo	0,13	0,12
Rotação dos clientes	44,72	32,11
INDICADORES DE LIQUIDEZ	**2013**	**2012**
Liquidez reduzida	0,25	0,05
liquidez imediata	0,23	0,00
INDICADORES DE SOLVABILIDADE	**2013**	**2012**
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	126%	133%
Estrutura de Endividamento (Capitais alheios cp /capitais alheios lp)	9%	1%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	-0,22	-0,22
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	-0,18	-0,18
Cobertura dos encargos financeiros	53%	13%

3. Órgãos Sociais

Os órgãos Sociais da Cabo Verde Fast Ferry, Lda, têm a seguinte composição:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Augusto Vasconcelos Lopes

Vice-presidente: Câmara Municipal dos Mosteiros, representado pelo senhor Fernandinho Teixeira

Secretário: Câmara Municipal de Santa Catarina-Fogo, representada pelo senhor João Aqueleu Barbosa Amado.

Fiscal Único

Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Ld.ª, representada pelo senhor Herminio António Paulos Afonso

Suplente: Amando José Carvalho Ferreira Rodrigues

Concelho de Administração

Presidente: Paiva Jorge do Rosário

Administrador Operacional: Nelson Gee Gregor,

Administrador Financeiro: Aniceto João Silva Soares

4. Estrutura Accionista

O capital social é de Cento e Dez Milhões de Escudos, totalmente realizada, representada por 110.000 acções com o valor nominal de 1.000$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

Entidades	Número de Acções	%
Estado de Cabo Verde	58.508	53,19%
Nelson Gregor	22.722	20,66%
SOC. Vasconcelos Lopes, Lda.	10.670	9,70%
EDITUR, SA	8.000	7,27%
Agnelo Andrade	5.000	4,55%
Município de Brava	2.200	2,00%
Município de Santa Catarina Fogo	1.200	1,09%
Município de Mosteiros	1.100	1,00%
Município de São Filipe	600	0,55%
	110.000	**100%**

5. Principais Acontecimentos

- Entendimento da Entrada do Estado,
- Aceitação pelos Accionistas da proposta enviada pelo Estado de Cabo Verde,
- Assinatura do Acordo Parassocial,
- Deliberação dos Accionistas de ratificação do acordo e aprovação da entrada do Estado de Cabo Verde,
- Publicação da resolução do Conselho de Ministros autorizando a Entrada do Estado no Capital Social da CVFF,
- Assinatura do Auto de Entrega do navio PRAIA D´AGUADA,
- Registo da entrada do Estado/Realização do Capital Social,
- Empréstimo bancário junto do RABOBANK (399 mil contos para pagamento da embarcação LIBERDADI),
- Empréstimo bancário junto da CECV (70 mil contos para auxiliar nas futuras despesas de investimento),
- Adenda ao contrato de construção, negociação de pagamento e redução dos juros de mora, bem como acordo para transporte e entrega do LIBERDADI em Cabo Verde
- Crédito de 69 mil contos junto da DAMEN para reestruturação do remanescente em dívida, relacionados com juros de mora, estadia do Navio LIBERDADI e fornecimentos diversos
- Visita do Presidente do conselho de administração, Sr. Paiva Jorge do Rosário e do Administrador Nelson Gee Gregor a Singapura para assistir aos testes

oficiais de mar da embarcação LIBERDADI e sua recepção, tal como estipulado no contrato de Construção, antes da partida para Cabo Verde. A embarcação foi rececionada em Cabo Verde em finais de Março de 2014, tendo de seguida iniciado as operações.

- Preparativos para a docagem e início dos trabalhos de reparação do PRAIA D'AGUADA, pela CAFNE e CVFF;
- Negociação com o MIEM e MFP-DGT do financiamento para a reparação do PRAIA D'AGUADA e transmissão dos respectivos contratos para a gestão directa da CVFF.

6. Enquadramento Geral

6.1. Ambiente Económico Internacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

Enquadramento externo da economia cabo-verdiana permaneceu desfavorável, não obstante alguns, tímidos, sinais de recuperação da Zona Euro. As estatísticas disponíveis sugerem uma desaceleração do crescimento global ao longo de 2013, induzida, nos meses mais recentes, pelo desempenho menos favorável das economias emergentes.

O ritmo de crescimento das economias emergentes tem abrandado, não só devido à redução da procura por parte das economias avançadas, mas também devido à persistência de fragilidades internas de carácter estrutural que condicionam a sua capacidade produtiva (fraquezas institucionais e regulamentares, parque infra-estrutural inadequado, entre outros). Na perspectiva do Fundo Monetário Internacional (FMI), igualmente, as consequências no sistema financeiro da política de estímulo económico implementada a partir de 2009, bem como o processo de "phasing out" da mesma política, explicam a menor dinâmica das economias emergentes.

As restrições orçamentais nos EUA, em resultado, por um lado, da política orçamental em curso e, por outro, de algum diferendo político no que concerne ao limite de endividamento do Governo Federal, condicionou o crescimento da maior economia mundial, ao longo de 2013. De acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, o ritmo de crescimento dos EUA abrandou na primeira metade do ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior (em termos homólogos, de 3,1 para 1,5 por cento), devido, sobretudo, aos impactos directos e indirectos, no consumo e no investimento privados, da redução dos gastos dos governos federais, estatais e locais.

6.2. Ambiente Económico Nacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

Segundo o Banco Central de Cabo Verde (BCV), a actividade económica nacional, apresentou uma tendência descendente da procura interna ao longo do ano (2013), devido, essencialmente, ao comportamento desfavorável do indicador agregado de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Com efeito, em termos homólogos, o indicador de FBCF registou uma redução na ordem dos 36 por cento (-12,5 por cento em igual período do ano anterior), explicada pela expressiva diminuição da FBCF em materiais de transporte, equipamentos e construção (respectivamente em 60, 27 e 16 por cento).

Os indicadores de consumo, por seu turno, apresentam uma tendência de evolução mista. Por um lado, os indicadores quantitativos apresentam alguns sinais de recuperação (crescimento nominal de 0,8 por cento até Setembro, que compara à queda de quatro por cento em período homólogo), não obstante alguma volatilidade em termos mensais. Por outro lado, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o volume de vendas no comércio a retalho, um importante indicador da tendência do consumo, manteve ao longo dos últimos nove meses um perfil descendente.

A procura externa líquida registou um crescimento de cerca de 32 por cento, explicado pela contínua diminuição das importações de mercadorias, pelo aumento, embora em desaceleração, das receitas de turismo e por alguma recuperação das exportações de mercadorias (para França, Portugal e Espanha, principalmente).

6.3. Ambiente da indústria

6.3.1. Infraestruturas portuárias

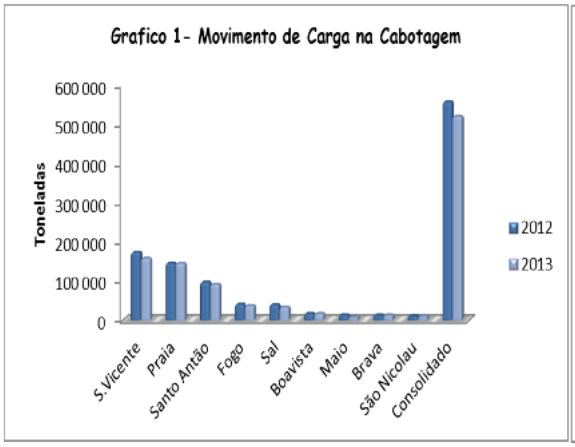
Durante o ano de 2013, o Ministério de Infraestruturas persistiu com a sua política de melhoria e expansão das infraestruturas portuárias, como é o caso da conclusão das obras de modernização e expansão do Porto Novo; Conclusão dos edifícios da 2ª parte da 1ª Fase do projecto de expansão do Porto da Praia; Continuação e conclusão das obras da 2ª Fase do Porto da Praia, Porto de Sal-Rei e Porto Vale dos Cavaleiro; Início e conclusão das obras do Projecto de Expansão do Porto Furna.

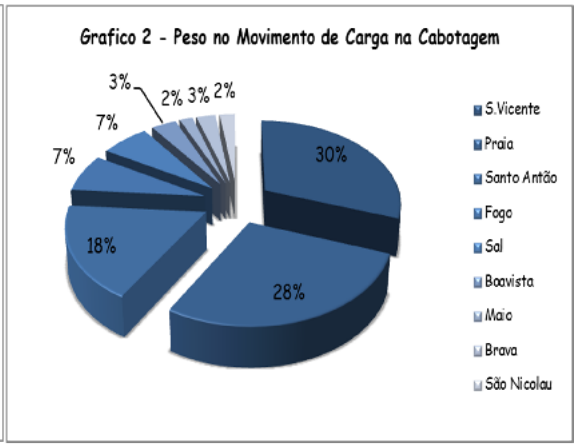
No início do 4º trimestre de 2013 foi concluído a instalação da rampa do porto de Tarrafal (São Nicolau), o que permitiu a abertura da rota Praia-São Nicolau, com viagens quinzenais do KRIOLA

Apesar das melhorias supra mencionadas, continua a persistir a ausência de rampas nos restantes portos, com destaque para o atraso na colação da rampa no porto grande (São Vicente) e Porto Novo (São Antão), além da falta de perspectiva para a Ilha do Maio, limitando as operações da CVFF aos portos da Praia, Vale dos Cavaleiros, Furna e São Nicolau e restringindo o acesso às ilhas como São Vicente e Santo Antão, que concentram cerca de 77% do tráfego de passageiros e 48% de carga.

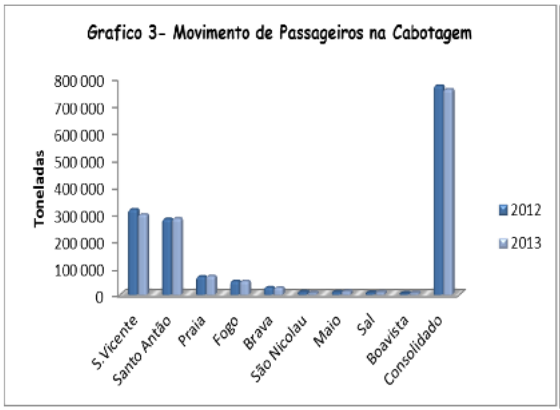
6.3.2. Mercado

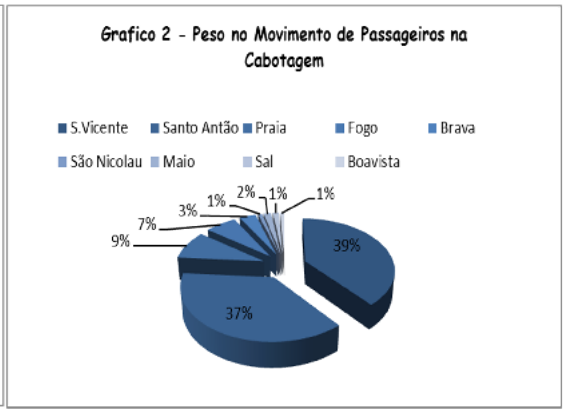
Em análise aos dados apresentados pela autoridade portuária do País (ENAPOR), constata-se que o tráfego de mercadorias na cabotagem (excluindo os graneis líquidos e mercadorias em trânsito) sofreu uma diminuição de 6,63% em relação ao ano anterior, tendo atingido 520 mil toneladas (556 mil toneladas em 2012). Provavelmente, o abrandamento da actividade económica estará na base da redução do fluxo em todos os portos nacionais, conforme ilustra o quadro abaixo. Para além da conjuntura desfavorável, os fortes aumentos nas tarifas ocorridas pela alteração da base tributável do IVA (implicou o aumento da taxa de 3% para 15% no frete marítimo) nos transportes de mercadoria, poderá ter contribuído fortemente para este comportamento.





O movimento de passageiros (excluindo os passageiros em trânsito) atingiu os 759.432 passageiros em todos os portos das Ilhas, representando uma diminuição de 1,79% comparativamente a 2012.





6.3.3. Concorrência

Segundo o Instituto Marítimo e Portuário (IMP), existem 26 pequenos navios de cabotagem que fazem ligações inter-ilhas, com comprimento entre os 20 e os 90 metros, e com uma média de idade de 25 anos.

Em relação aos concorrentes directos, existem 5 navios com o sistema RO/RO (PENTALINA, SAL REI, TARRAFAL e MAR D´CANAL, TUNINHA) e 2 mistos de passageiros e cargas (SOTAVENTO, DJON DADE).

Com a entrada do Estado de Cabo Verde na estrutura accionista da CVFF, o Navio "PRAIA D´AGUADA", misto de passageiros e cargas, foi incorporado na frota da empresa, o que o posiciona a favor do negócio da CVFF

O impacto da concorrência no negócio da empresa, foi pouco significativo na medida em que a inoperacionalidade de determinadas unidades favoreceu a abertura de novas rotas e mantendo o domínio nas operações na linha principal. No entanto persiste o impedimento da ilha do Maio, tendo sido objecto de concessão a outro operador.

6.3.4. Posição no sector marítimo

A actividade da Cabo Verde Fast Ferry em 2013 foi influenciada pela redução da procura verificada no mercado, tendo decrescido tanto a nível do tráfego de passageiros como de carga. No entanto, conseguiu manter a sua posição de líder no mercado de passageiros em sotavento e manteve no mesmo patamar a nível nacional no segmento de passageiros e cresceu ligeiramente no segmento de carga.

Em relação à quota de mercado de tráfego de passageiros a nível Nacional, registou-se uma ligeira diminuição de 0,2 p.p., passando de 16.1% a 15.9 %, enquanto a quota de mercado para o tráfego de cargas registou um aumento de 0,5 p.p., passando de 8,8% para 9.3%.

A nível da quota de mercado de tráfego de passageiros no itinerário servido, Sotavento, registou-se uma diminuição de 4,4 p.p., passando de 86.1% para 81.7 % mantendo com isso a sua posição de líder nas ilhas de Sotavento, enquanto a quota de mercado para o tráfego de cargas manteve-se, sensivelmente, no mesmo patamar, passando de 24,3% para 24.2 %.

7. Actividade Operacional

7.1. Movimentação de Mercadorias

Quadro evolução - Trafego de Carga

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Brava	Praia Fogo	Fogo Brava	Praia São Nicolau São Vicente	TOTAL
2011	494	839	3 050	2 248	6 025	684	-	13 340
2012	862	1 411	6 597	3 562	10 191	1 771	-	24 394
2013	1 398	2 026	6 348	2 969	8 833	2 232	323	24 129
Variação	62,2%	43,6%	-3,8%	-16,6%	-13,3%	26,0%		-1,1%

Durante 2013 a actividade da empresa, no segmento do transporte de mercadorias, sofreu a influência da quebra da procura verificada no mercado, com 24.129 toneladas transportadas, registando uma diminuição de 1% em relação a 2012.

Esta diminuição teve por base a redução verificada nas ligações entre Praia e Fogo e vice-versa, que contribuíram com 63% do total transportado, sendo 37% no percurso Praia – Fogo e 26% no percurso Fogo – Praia.

Podemos constatar ainda uma evolução positiva do fluxo de transporte de mercadorias nas ligações Brava – Fogo (62.2%), crescimento no percurso Brava – Praia (43.6%) e Fogo – Brava (13.7%). No entanto, os crescimentos acima verificados não permitiram colmatar a evolução negativa nos outros percursos.

Fica o registo de 5 viagens no percurso Praia- São Nicolau - Praia, com 323 toneladas transportadas.

7.2. Movimentação de passageiros

Quadro evolução - Trafego de passageiros

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Brava	Praia Fogo	Fogo Brava	Praia São Nicolau São Vicente	TOTAL
2011	9 237	5 038	16 475	5 040	15 346	9 058	-	60 194
2012	9 643	4 899	17 014	4 555	16 844	9 379	-	62 334
2013	8 495	4 450	17 419	4 251	16 540	8 337	896	60 388
Variação	-11,9%	-9,2%	2,4%	-6,7%	-1,8%	-11,1%		-3,1%

Em relação a movimentação de passageiros, registou-se em 2013 uma diminuição de 3.1% face ao ano anterior, tendo sido transportados menos 1.921 passageiros. Essa diminuição verificou-se praticamente em todas as ligações, exceptuando Fogo – Praia, que registou um aumento de 2.4%.

A diminuição face a 2012 foi atenuada pelas viagens entre Praia, São Nicolau, e São Vicente, onde foram transportados cerca de 896 passageiros

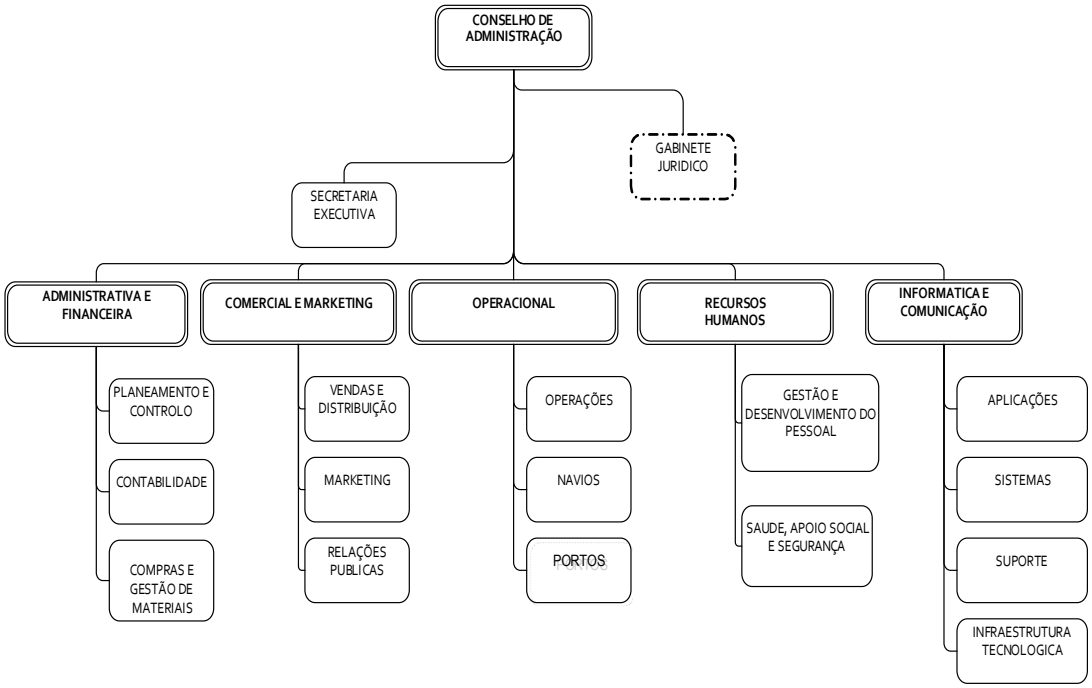
7.3. Movimento do Navio

Quadro evolução - Movimento do Navio

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Brava	Praia Fogo	Fogo Brava	Praia S. Nicolau S. Vicente	TOTAL
2011	284	224	226	226	224	284	-	1 468
2012	249	213	215	215	213	249	-	1 354
2013	256	185	186	185	186	256	18	1 254
Variação	2,8%	-13,1%	-13,5%	-14,0%	-12,7%	2,8%		-7,4%

Considerando a quebra da procura verificada no transporte marítimo de passageiro e mercadorias, conjugada com a média da taxa de ocupação, a empresa optou por ajustar a frequência das ligações entre os portos Furna/Vale dos Cavaleiros/Praia. Contudo, garantindo o compromisso assumido com o Estado de assegurar o serviço publico durante 5 e 3 dias da semana, entre Brava-Fogo e Fogo-Praia, respectivamente, o que é evidenciado pelo número de ligações nesta rota.

8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa



9. Recursos Humanos

A CVFF aposta nas competências necessárias à consecução dos objectivos operacionais e funcionais, procurando garantir a convergência entre os interesses da organização e as expectativas individuais.

Ao longo do ano de 2013, a CVFF contou com 55 colaboradores (60 em 2012), para um quadro efectivo de 30 postos de trabalho (32 em 2012). A discrepância entre colaboradores e efectivos, deve-se à especificidade dos direitos laborais do pessoal marítimo. Assim entre efectivos e contratos de substituição de férias a CVFF manteve, em média, cerca de 40 vínculos mensais (39 em 2012) e a 31 Dezembro de 2013 detinha vínculo com 36 colaboradores (44 em Dezembro 2012).

Em termos de organização, os efectivos estão distribuídos conforme os quadros que se seguem:

Quadro Evolução - Efectivos por Area de Serviço

Área		2012	2013
Administração	Financeiro	2	2
	Comercial	1	1
	Informática e Marketing	1	2
	Recursos Humanos	1	1
Operacional / Agências	MOC	3	2
	Plateau	2	2
	Porto Praia	3	3
	Porto Fogo	3	3
	Porto Brava	2	2
Unidades Marítimas	KRIOLA	14	12
	LIBERDADI	-	-
	PRAIA D'AGUADA	-	-
Total		32	30

Quadro de Efectivos - Qualificação

Formação	2012	2013
Ensino Primário	3	3
Ensino Secundário	11	12
Formação profissional	4	3
Bacharel	3	3
Curso Superior	10	9
Total	31	30

Quadro de Efectivos - Gênero

Gênero	2012	2013
Femenino	8	10
Masculino	24	20
Total	32	30

10. Sistema de Informação

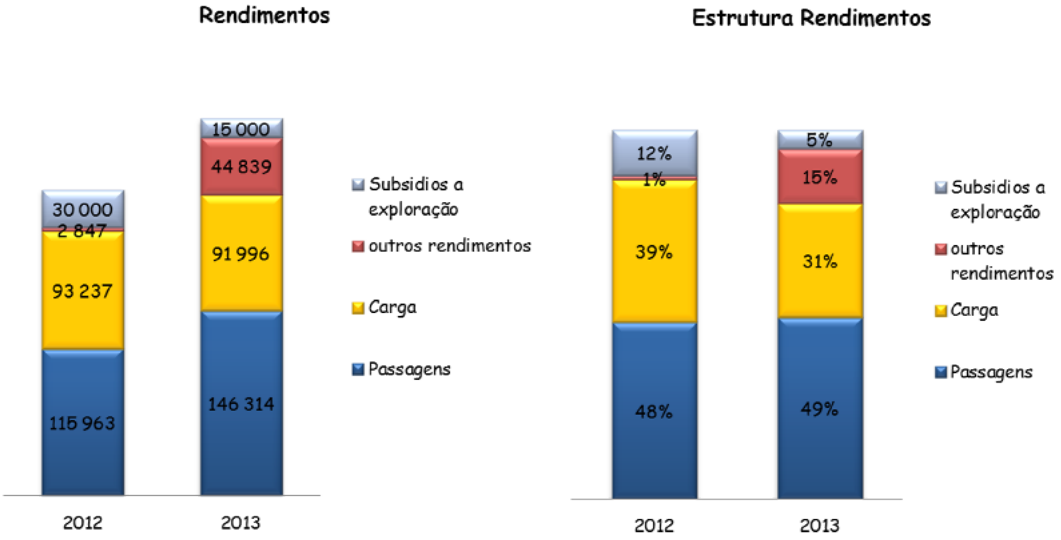
Em 2013 a Cabo Verde Fast Ferry, alcançou grandes melhorias a nível de gestão informática, com a melhoria significativa dos seus Sistemas de Tecnologia e Informação e das soluções de comunicação, áreas chaves para uma gestão integrada da empresa, considerando a dispersão da sua actividade. A eficiência dos sistemas em uso bem como as suas fragilidades mereceram uma atenção especial, ao mesmo tempo que se desenhou soluções novas para as áreas que ainda não estavam abrangidas, na consecução de um sistema de gestão e controle que sirva a amplitude da empresa, de suas necessidades actuais e futuras.

Deu-se uma especial atenção ao planeamento e preparação da expansão da actividade para outras Ilhas, com novas agências, e aumento das unidades da sua frota, em 2014. O sistema Integrado de Gestão em uso na área financeira e de contabilidade, foi estendido para os serviços administrativo e do pessoal, estando em consideração a utilização nas demais áreas. Foram solicitadas melhorias funcionais e de controlo para o sistema de reservas, e desenvolveu-se, interinamente, o sistema de gestão de cargas, eliminando-se os processos manuais então em uso, obtendo-se, globalmente, um melhor sistema de prestação de serviço e de controlo interno.

Apesar dos ganhos conseguidos, pela natureza e especificidade da sua actividade, a CVFF tem o desafio de continuar a criar soluções e melhorar os seus S.I. com foco na eficiência dos processos internos e no atendimento dos seus clientes.

11. Análise Económica e Financeira

11.1. Situação Económica



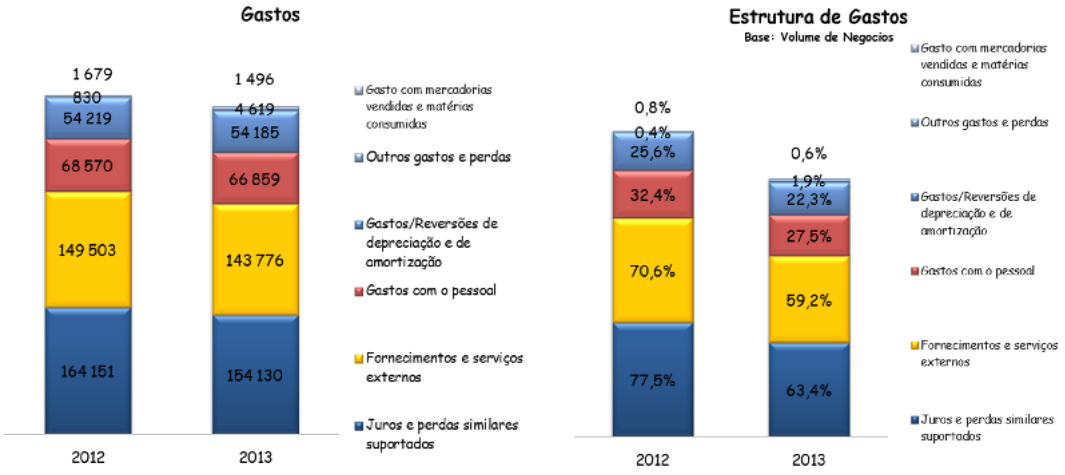
Os rendimentos em 2013 atingiram o montante de 298 150 mil contos, o que representa um crescimento de 23% em relação a 2012.

Regista-se o impacto positivo do crescimento de 26% verificado no valor referente a prestação de serviços de transporte de passageiros, que apesar da diminuição de 3% no número de passageiros transportados, surge como o impulsionador do crescimento dos rendimentos da empresa, consequência do melhoramento do processo de controlo e gestão das vendas e dos passageiros nos portos, e da melhoria do controlo na plataforma de reservas.

Em relação aos rendimentos provenientes do transporte de carga, houve uma diminuição de 1% relativamente a 2012, resultado da redução verificada no movimento de mercadorias. Introduzidas melhorias no processo de gestão do serviço a cargas e alterações na estrutura tarifária, a perspectiva é de apostar na melhoria contínua do serviço prestado, com a criação de espaços próprios e investimento em unidades de transporte para a recepção, tratamento, consolidação e entrega

Regista-se ainda a redução de 50% nos valores recebidos do Estado como indemnização compensatória pela prestação do serviço público no percurso Praia-Fogo-Brava. A mesma resulta do contrato que estipula compensações decrescentes ao longo do período da concessão.

Quanto aos outros rendimentos e ganhos, o aumento verificado está relacionado com a consideração, em 2013, de um rendimento extraordinário, resultado das negociações com a DAMEN que conduziram à redução da divida dos juros de mora em cerca de mESC 39 894



Os gastos na sua globalidade sofreram uma redução de 3%.

Os Gastos com mercadorias vendidas e materiais consumidos, representados na sua totalidade pelos gastos de aquisição dos produtos vendidos a bordo do KRIOLA, atingiram o montante de 1 496 contos (1 679 contos em 2012).

Os gastos com fornecimentos e serviços de terceiros (FSE) diminuíram cerca de 4% em relação a 2012, situando-se em 143 776 contos (149 503 contos em 2012). Contribuíram positivamente para esse decréscimo a diminuição de 6% no consumo de combustível (este que representa 55% dos FSE), de 42 % das despesas de deslocação e estadias, de 35% nas despesas de comunicação, de 71% no serviço de transporte e 37% nos honorários. Estas reduções são o resultado de uma melhor programação das operações do KRIOLA, de uma política de racionalização dos gastos e do comportamento favorável do preço dos combustíveis. Ainda relativamente aos FSE, regista-se o impacto negativo do aumento das tarifas portuárias e dos gastos relacionados com conservação e reparação.

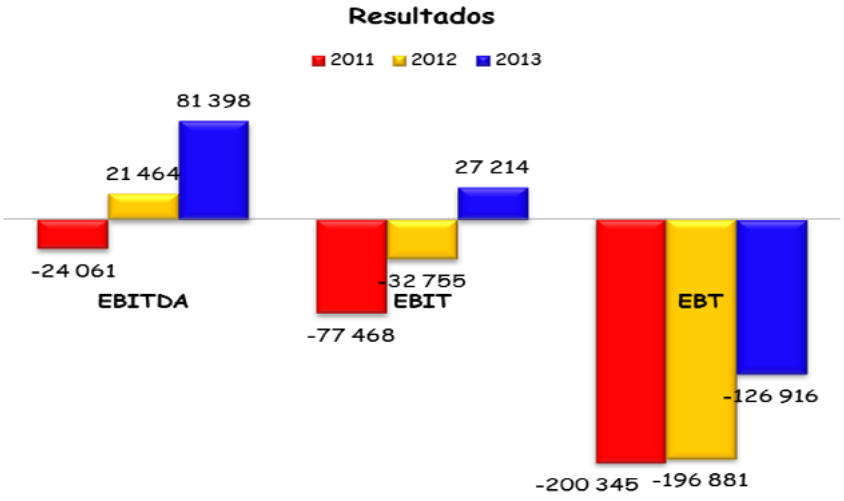
Os gastos com o pessoal totalizaram 66,85 mil contos, o que representa uma diminuição de 2% face a 2012 (68 570 contos). A redução que se regista, decorreu da revisão e

uniformização da grelha salarial, do controlo dos efectivos, e do melhor planeamento das férias do pessoal marítimo.

As amortizações e Depreciações relacionadas, na sua maioria, com o navio KRIOLA e equipamentos administrativos, mantiveram-se praticamente no mesmo patamar em relação a 2012, 54 185 contos (54 219 contos em 2012).

Quanto aos juros suportados, registou-se uma diminuição de 6% relativamente a 2012, cifrando-se em cerca de 154 130 contos, o que representa uma diminuição de 10 021 contos em relação aos 164 151 contos registados no ano anterior. A diminuição desta rubrica é resultante da redução dos juros da Caixa Económica de Cabo Verde, dos juros de obrigacionistas, estas por conta da reestruturação aprovada em 2012 pela Assembleia de Obrigacionistas, e dos juros de mora pelo atraso no pagamento à DAMEN.

O comportamento positivo dos rendimentos e dos gastos explicam a evolução positiva dos resultados, como adiante se explicita.



A CVFF, com a única unidade em operação, o KRIOLA, continua a registar uma evolução positiva do EBITDA, passando de 21 463 contos positivo em 2012 para 81 398 contos positivos em 2013, o que representa um crescimento de 279%. Este comportamento favorável é o resultado da melhoria contínua das operações, tanto a nível de rendimentos, como dos gastos, e como referido acima, das negociações com a DAMEN que resultaram na redução de dívida na ordem dos 39 mil contos.

Em relação ao EBIT, mantendo-se as amortizações no mesmo patamar que 2012 e atendendo ao comportamento do EBITDA, regista – se um valor positivo na ordem dos 27 214 contos. No entanto, ressalvando o impacto do reconhecimento de um rendimento extraordinário, redução da divida da DAMEN, na concretização deste valor positivo.

Quanto aos resultados líquidos (EBT), verifica-se uma melhoria de 36%, no entanto, a CVFF continua a registar prejuízos, em 2013, totalizando cerca de 126 916 contos (196 881 contos em 2012). Apesar da evolução positiva das operações da empresa, reflectida na situação de EBIT positivo, estas continuam a ser insuficiente para cobrir os gastos financeiros relacionados com o financiamento do investimento nas duas unidades.

11.2. Situação patrimonial

BALANÇO	2013	2012	Δ Val 13/12	Δ % 13/12
Activo não corrente	1 769 145	1 685 742	83 404	4,9%
Activo corrente	103 661	27 454	76 207	278%
ACTIVO TOTAL	**1 872 807**	**1 713 196**	**159 611**	**9%**
Capital realizado	110 000	51 492	58 508	114%
Prestações suplementares	22 962	1 470	21 492	1462%
Resultados transitados	(424 878)	(227 997)	(196 881)	86%
Resultado líquido	(126 916)	(196 881)	69 965	-36%
CAPITAL PRÓPRIO	**(418 832)**	**(371 916)**	**(46 916)**	**13%**
Passivo não corrente	1 851 624	1 491 243	360 381	24%
Passivo corrente	440 015	593 869	(153 854)	-26%
PASSIVO TOTAL	**2 291 639**	**2 085 112**	**206 527**	**10%**

O activo corrente representado, na sua maioria, por disponibilidades (94 961 contos), atingiu o montante de 103 661 contos, o que corresponde a um aumento 278% relativamente a 2012. O incremento nessa rúbrica deveu-se principalmente ao aumento na rúbrica caixa e depósito bancário, resultante do efeito conjugado dos fluxos positivos da actividade operacional, na ordem dos 53 mil contos, da actividade de financiamento na ordem dos 384 mil contos e do fluxo negativo dos investimentos no montante de 366 mil contos.

O Activo não corrente constituído, na sua maioria, pelo valor das duas embarcações construídas pela DAMEN , nomeadamente o KRIOLA que se encontra em operações desde 2011, e o LIBERDADI que iniciará as operações em 2014, atingiu o montante de 1 769 mil contos. O crescimento de 4,9% relativamente a 2012, deveu-se a incorporação do navio PRAIA D´ AGUADA pelo valor de 80 mil contos.

O passivo corrente da empresa teve uma diminuição de 26% relativamente ao ano anterior, totalizando o montante de 440 015 contos, em razão do efeito conjugado do

pagamento à DAMEN da dívida (388 499 contos) relacionada com as prestações da embarcação LIBERDADI, do aumento dos juros obrigacionistas a pagar (190 526 contos), dos compromissos a um ano (158 257 contos) relacionados com os empréstimos obtidos.

Em relação aos juros obrigacionistas, principal compromisso financeiro da empresa, a CVFF conseguiu regularizar os juros a 97 % dos obrigacionistas, e no quadro do acordo assinado em 2012, iniciaram-se negociações na busca do escalonamento da dívida.

O passivo não corrente teve um crescimento de 24%, resultado (i) das negociações para resolução da questão da vinda do LIBERDADI, que implicou a obtenção de um financiamento junto da RABOBANK no valor de mESC 399 202 para pagamento à DAMEN e à ATRADIUS; (ii) da contratação de um empréstimo de 70 000 mESC para cobrir futuros investimentos; e (iii) da assinatura com a DAMEN de um acordo de facilidade de crédito (69 734 mESC) para cobrir o remanescente da divida.

Os capitais próprios apresentam valores negativos na ordem dos 418,8 mil contos, o que representa uma degradação de 12 % relativamente a Dezembro de 2012, resultado da acumulação dos prejuízos nestes três anos de actividade da empresa. A entrada do Estado no capital pela incorporação do PRAIA D'AGUADA pelo valor de mESC 80.000, serviu para abrandar o agravamento da situação da perda de capital social. No entanto, é necessário tomar as medidas impostas pelo artigo 137º do código das empresas comerciais.

12. Perspectivas de evolução futura

O foco do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry para o ano 2014 é de:

- Acelerar o processo de operacionalização das duas novas unidade (LIBERDADI e PRAIA D´AGUADA), com o objectivo de implementar o seu plano de operações que cobre todas as ilhas do arquipélago;

- Continuar a mobilizar recursos para o seu equilíbrio financeiro, conjugando os esforços da sua actividade, bem como de parceiros, para a obtenção de melhores fontes de financiamento;

- Mobilizar os Accionistas no sentido de resolver a situação líquida de forma a credibilizar a empresa no mercado, permitindo o acesso a fontes de financiamento mais favoráveis;

- Manter as negociações com os obrigacionistas por forma a desenhar uma solução efectiva de pagamento dos juros em atraso.

- Reorganizar a empresa e sua estrutura funcional para responder, efectivamente, as necessidades de funcionamento, dotando-a de uma organização capacitada e competente, à altura da exigência técnica da sua área de actividade;

- Elaborar um conjunto de normativos internos para as diversas áreas de serviço e de gestão dos seus recursos, com vista a introduzir qualidade na gestão dos seus processos;

- Implementar um serviço para carga, com vista a ganhos de eficiência e controle, através de operacionalização de espaços de recepção e tratamento de cargas, prestando um serviço de qualidade aos seus clientes,

- Continuar a desenhar medidas, soluções, e práticas, que resultem em melhorias nas operações das suas unidades, bem como dos serviços;

- Manter uma política de racionalização dos gastos;

- Apostar na formação interna como forma de capacitar os efectivos e melhorar os seus índices de performance.

13. Agradecimentos

O Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry manifesta o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, a Agência Marítimo e Portuária, e a Polícia Marítima, pelo sentido de colaboração revelado ao longo do ano.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos Accionistas e aos Obrigacionistas, bem como a todos os que, no interior da organização, com o seu empenho tornaram possível o serviço prestado pela Cabo Verde Fast Ferry.

A Cabo Verde Fast Ferry agradece, ainda, essencialmente ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrado nesta fase crítica da sua existência.

14. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o prejuízo apurado no exercício económico de 2013, no valor de 126 916 contos, seja transferido para Resultados Transitados.

Praia, 09 de Maio de 2014

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

15. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto no código das Sociedades Comercias cada um dos membros do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry S.A. abaixo identificados, nomeadamente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos do previsto no código das Sociedades Comerciais que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontraram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizadas no seio do Concelho de Administração, as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry S.A. foram elaboradas em conformidades com as normas e princípios contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cabo Verde Fast Ferry S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2013 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras".

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
- DEMOSNSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	Data de referência 31/12/2013 Valores	31/12/2012 Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Equipamento básico		1 765 933	1 682 501
Equipamento administrativo		3 003	2 956
Equipamentos Transporte		209	278
Activos fixos intangíveis	1,2		
Programas de computador		-	6
Total do activo não corrente		**1 769 145**	**1 685 742**
Activo corrente			
Andiantamento a Fornecedores		1 101	-
Clientes	4	5 432	6 598
Estado e outros entes públicos	5	171	3 010
Contas a receber	6	1 872	5 041
Diferimentos		124	124
Caixa e depósitos bancários	7	94 961	12 680
Total do activo corrente		**103 661**	**27 454**
Total do activo		**1 872 807**	**1 713 196**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital realizado		110 000	51 492
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		22 962	1 470
Resultados transitados		(424 878)	(227 997)
Resultado líquido do período		(126 916)	(196 881)
Total do capital próprio		**(418 832)**	**(371 916)**
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**(418 832)**	**(371 916)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	1 851 624	1 491 243
Total do passivo não corrente		**1 851 624**	**1 491 243**
Passivo corrente			
Fornecedores	10	23 073	28 321
Estado e outros entes públicos	5	14 213	11 307
Financiamentos obtidos	9	158 257	15 900
Adiantamentos de Clientes		106	27
Outras contas a pagar	11	214 362	538 315
Diferimentos	19	30 003	-
Total do passivo corrente		**440 015**	**593 869**
Total do passivo		**2 291 639**	**2 085 112**
Total do capital próprio e do passivo		**1 872 807**	**1 713 196**

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 1 DE JANEIRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO 2012

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS		PERÍODO	
		2013	2012
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	12	242 935	211 865
Subsídios à exploração	13	15 000	30 000
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(1 496)	(1 679)
Resultado operacional bruto		**256 439**	**240 185**
Fornecimentos e serviços externos	14	(143 776)	(149 503)
Valor acrescentado bruto		**112 663**	**90 682**
Gastos com o pessoal	15	(66 859)	(68 570)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(922)	-
Outros rendimentos e ganhos	16	40 214	182
Outros gastos e perdas		(3 698)	(830)
Resultado antes de depreciações, amortizações,		**81 398**	**21 464**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	(54 185)	(54 219)
Resultado operacional		**27 214**	**(32 755)**
Juros e ganhos similares Obtidos		-	25
Juros e perdas similares suportados	17	(154 130)	(164 151)
Resultado antes de Impostos		**(126 916)**	**(196 881)**
Imposto sobre o rendimento do período	1,8	-	-
Resultado líquido do período		**(126 916)**	**(196 881)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		**(126 916)**	**(196 881)**
Média Poderada de acções		80 746	45 273
Resultado por acção básico (ESC)	18	(1 572)	(4 349)

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 1 DE JANEIRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO 2012

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2013	2012
Método Indirecto			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(126 916)	(196 881)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		54 185	54 219
Imparidades (perdas/reversões)		922	
Juros e rendimentos similares obtidos		-	(25)
Juros e gastos similares suportados		154 130	164 151
Outros gastos e rendimentos		(39 894)	
Contas a receber (aumentos/diminuições)		5 152	(1 731)
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		-	230
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		(24 484)	20 352
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		30 000	-1 160,0
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		53 095	39 155
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(366 639)	(2 629)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(366 639)	(2 629)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		470 201	32 357
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	13 908
Outras operações de financiamento		57 734	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 900)	(21 286)
Juros e gastos similares		(128 210)	(64 895)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		383 825	(39 915)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		70 281	(3 390)
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 680	16 070
Caixa e seus equivalentes no fim do período		82 961	12 680

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 1 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)					Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Outras Variações no capital	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2012	1		10 000	29 054	(27 652)	(200 345)	(188 944)	(188 943)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-	-	-	(196 881)	(196 881)	(196 881)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(196 881)	(196 881)	(196 881)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital			41 492	1 470			42 962	42 962
	3		41 492	1 470	-	-	42 962	42 962
OUTRAS OPERAÇÕES							-	-
Aplicação de Resultado de ano anterior					(200 345)	200 345	-	-
	4		-	-	(200 345)	200 345	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2012	1+2+3+4		51 492	1 470	(227 998)	(196 881)	(371 916)	(371 916)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2013	1		51 492	1 470	(227 998)	(196 881)	(371 916)	(371 916)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-	-	-	(126 916)	(126 916)	(126 916)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(126 916)	(126 916)	(126 916)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital			58 508	-	-	-	58 508	58 508
Outras operações com detentores de capital				21 492	-		21 492	21 492
	3		58 508	21 492	-	-	80 000	80 000
Aplicação de Resultado de ano anterior					(196 881)	196 881		-
	4		-	-	(196 881)	196 881	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2013	1+2+3+4		110 000	22 962	(424 878)	(126 916)	(418 832)	(418 832)

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2013

Informação Geral

A Cabo Verde Fast Ferry, SA (adiante designada por Sociedade), foi criada em Julho de 2008. O capital social da Sociedade, totalmente realizado no montante de mESC 110 000, é detido por entidades privadas e públicas (ver Nota 8).

O objecto social da Cabo Verde Fast Ferry, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade de exploração de navios próprios de comércio de transporte marítimo, de mercadorias e passageiros.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 09 de Maio de 2014.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis compreendem (i) três barcos (KRIOLA, LIBERDADI e PRAIA D´AGUADA), os dois últimos se encontram em curso, expressos ao (a) custo de construção, acrescido dos respectivos encargos financeiros e outros gastos, nos casos de KRIOLA e LIBERDADI, e (b) ao valor de aquisição, acrescido de encargos adicionais e (ii) equipamentos administrativos e de transporte, expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquidos das respectivas depreciações acumuladas (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provado que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Depreciações

Um dos barcos (KRIOLA) entrou em operação em Janeiro de 2011 e está sendo depreciado pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 17 anos, o qual reflecte razoavelmente a sua vida útil estimada segunda a construtora, DAMEN.

As depreciações dos equipamentos administrativos e de transporte são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas de 12.5% e 20%, respectivamente, reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

1.2 Activos intangíveis e amortizações

Representam o software informático, totalmente amortizado pelo método das quotas constante num período de 3 anos.

1.3 Imparidade de Activos

Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Contas a receber de Clientes e de Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média do mercado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 7).

1.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.6 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital

1.7 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos gastos de transacção, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e integram o custo dos barcos que financiam durante o período de construção. Após esse período são contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.8 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

A Sociedade obteve o Certificado do Investidor Externo, o qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei para o respectivo sector de actividade, no caso o marítimo, nomeadamente a isenção do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante um período de cinco anos (2011 a 2015).

Findo o período de isenção, a Sociedade ficará abrangida pelo Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, que aprovou o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2009 a 2013 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.9 Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado (i) que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efectuadas as transacções com o estrangeiro e (ii) as vendas, compras e financiamentos são efectuadas em Escudos.

1.10 Risco de taxa de juro

Cerca de 80% dos empréstimos vencem juros à taxa fixa, pelo que a Sociedade apenas será penalizada se as taxas de juro do mercado baixarem, o que não se perspectiva.

Um dos empréstimos vence juros à taxa variável, encontrando-se, por isso, a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. No entanto, existe a possibilidade de no início de cada período de contagem dos juros se optar por uma taxa fixa. Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.11 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício, independentemente do transporte ter sido ou não efectuado, dado que, regra geral, os bilhetes são utilizados nas viagens para que foram emitidos.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efectuadas.

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

1.12 Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2013	**2012**
Fundo de Maneio (Capital Permanente - Activo Fixo não Corrente)	(336 354)	(566 414)
Necessidades cíclicas	8 576	14 650
Recursos ciclicos	37 393	39 627
Necessidades em Fundo de Maneio (Necess. Ciclicas - Recursos Ciclicos)	(28 817)	(24 977)
Tesouraria Activa	95 085	12 805
Tesouraria passiva	402 623	554 241
Tesouraria Líquida (Tesouraria Activa - Tesouraria passiva)	**(307 537)**	**(541 436)**

Conforme evidenciado acima, em 2013, a tesouraria da Sociedade registou uma evolução em sentido favorável, tornando-se menos negativa. Contribuíram para essa melhoria a obtenção de financiamentos junto da RABOBANK, da Caixa Económica e da DAMEN (ver Nota 9), bem como o adiantamento recebido do Estado de Cabo Verde, no montante de mESC 30000 (ver Nota 19).

A Sociedade espera suprir as suas necessidades de tesouraria em 2014 com (i) a operacionalização das embarcações LIBERDADI e PRAIA D'AGUADA, o que permite alargar a base de receitas, (ii) reforçar o fundo de maneio da empresa pela entrada de Capitais Permanentes, preferencialmente pela via dos Capitais Próprios; (iii) negociar com os obrigacionistas institucionais de referência no sentido de transformar os juros vencidos na ordem dos mESC 145 138 em financiamento de médio prazo; (iv) recurso a financiamentos adicionais; (v) manutenção do apoio financeiro por parte dos accionistas.

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transacções foram efectuadas essencialmente em Euros, cuja paridade face ao Escudo é fixa. Existindo transacções em outra moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, actualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data.

1.14 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras Contas a pagar (ver Nota 11) e Outras Contas a receber (ver Nota 6).

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a pagar (ver Nota 11).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.16 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações Financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de participantes de capital.

3. Activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas são como se segue:

	Equipamento Básico			Equipamento transporte	Equipamento adiminis-trativo
	Em curso	Firme	Total		
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2012					
Valor de aquisição	583 536	841 480	1 425 016	-	2 612
VARIAÇÕES EM 2012					
Valor liquido inicial	583 536	841 481	1 425 017	-	2 612
Correção para capitalização de obrigações	-	-	-	-	
Aquisições	304 745	5 989	310 734	348	1 078
Depreciação do exercicio	-	(53 250)	(52 644)	(70)	(734)
Valor liquido	**888 281**	**794 220**	**1 683 107**	**278**	**2 956**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
Valor de aquisição	888 281	900 114	1 788 395	348	4 322
Depreciação acumulada	-	(105 894)	(105 894)	(70)	(1 366)
Valor escriturado	**888 281**	**794 220**	**1 682 501**	**278**	**2 956**
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2013					
Valor liquido inicial	888 281	794 220	1 682 501	278	2 956
Aquisições	136,684	-	136 684	-	906
Depreciação do exercicio	-	(53 250)	(53 250)	(70)	(859)
Valor liquido	**1 024 965**	**740 969**	**1 765 934**	**209**	**3 003**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Valor de aquisição	1,024,965	900,114	1,925,078	348	5,229
Depreciação acumulada	-	(159 144)	(159 144)	(140)	(2 225)
Valor escriturado	**1 024 965**	**740 969**	**1 765 934**	**209**	**3 003**

Em 2013, as adições de mESC 136 684 em Equipamento em curso relacionam-se, essencialmente, com o registo da embarcação PRAIA D´AGUADA (mESC 80 000) e outros custos relacionados com a mesma embarcação (Seguros e Honorários diversos), bem como encargos com o transporte do Navio LIBERDADI para Cabo Verde, no valor de mESC 55 132.

As adições em Equipamento administrativo compreendem essencialmente aquisição de mobiliário diverso e equipamentos para escritório.

Em 2012, as adições de mESC 310 734 em Equipamento básico relacionavam-se essencialmente com: (i) as duas últimas prestações devidas a DAMEN pela construção do navio "LIBERDADI" no montante de mESC 299 921. (ii) mESC 8 556 correspondentes a capitalização dos custos de manutenção e custódia das obrigações, referentes ao período de construção das embarcações (2009 a 2011) e (iii) mESC 2 205 referentes a equipamentos de reparação de navios.

Os activos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, conforme se refere na Nota 9.

4. Clientes

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2013	2012
Cabo Verde Telecom	-	2 442
Partidos políticos (PAICV)	1 560	1 560
Instituções públicas	2 093	595
Outras	1 970	2 001
Imparidade de dívidas de Clientes	(192)	
	5 432	**6 598**

Foi necessário reconhecer perda por imparidade para fazer face aos riscos de cobrança duvidosa identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

5. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor de mESC 171 compreende, essencialmente retenção de IUR sobre juros de obrigações recebido em 2011. Em 2012, o saldo compreendia, essencialmente, mESC 2 839 referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber do Estado, referente ao período desde o início de actividade até 31 de Dezembro de 2012.

O saldo credor de mESC 14 217 (2012: mESC 11 307) compreende, essencialmente, mESC 7 236 (2012: mESC 7 551) de retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal ,mESC 5 381 de contribuições da Sociedade para a previdência social, dos quais cerca de mESC 6 756 e mESC 4 634, respectivamente, se encontravam em mora à data do balanço, e mESC 1 574 referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar ao Estado relativo ao período de Dezembro de 2013.

6. Outra contas a receber

	mESC	
	2013	2012
Ministério das Infrastruturas	33	2 533
Agências de viagem	2 533	1 848
Outras Pessoal	-	660
Outras	35	-
Imparidade de dívidas a receber	(730)	
	1 872	**5 041**

Agências de viagem

O saldo representa valores a receber pela venda de bilhetes de passagem, já deduzido das comissões.

Ministério das Infraestruturas

A Sociedade celebrou, em Dezembro de 2010, com o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações um Contrato de Concessão da Exploração do Serviço Público de Transporte Marítimo nas Linhas Praia/Vale de Cavaleiros/Furna e Praia/Porto Inglês que se rege pelas seguintes cláusulas principais:

(i) A prestação do serviço não será em regime de exclusividade mas sim em competitividade com outros operadores

(ii) Prazo de concessão de cinco anos

(iii) Obrigação de efectuar cinco viagens semanais

(iv) Manter regularizadas as obrigações perante os seus trabalhadores, Estado, Autarquias locais, Instituições de Segurança Social e outras pessoas colectivas de direito público

(v) Manter as contas sempre actualizadas e auditadas

(vi) As tarifas a cobrar pelo serviço prestado deverão ser fixadas pela Entidade Reguladora

(vii) Pelo eventual prejuízo advindo das obrigações do serviço público, o Estado concede à Sociedade, durante cinco anos (de 2011 a 2015) uma indemnização compensatória até um valor máximo anual de, respectivamente, mESC 40 000, mESC 30 000, mESC 15 000, mESC 10 000 e mESC 5 000, pagos mensalmente.

(viii) O incumprimento pela Sociedade das suas obrigações está sujeito a multas que variam entre mESC 50 e mESC 500.

(ix) O Estado pode resgatar a concessão desde que os motivos de interesse público o justifiquem.

Em 2012, o saldo a receber compreendia mESC 2 500 referente ao subsídio do mês de Dezembro 2012.
Os subsídios de 2013, no montante de mESC 15000, foram pagos antecipadamente pelo Estado de Cabo Verde.

Pesem embora alguns incumprimentos, não é expectável o resgaste da concessão e o reembolso dos subsídios pagos pelo Estado, tendo em conta as negociações havidas.

7. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2013	2012
Caixa	382	342
Depósitos a ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	75 322	520
Banco Africano de Investimentos	3 366	878
Banco Comercial do Atlântico	2 968	10 534
Banco Interatlântico	786	394
Banco Caboverdiano de Negocio	138	12
	82 580	12 338
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	12 000	-
	94 961	12 680

O depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde, com maturidade de 91 dias, vence juros à taxa anual de 3,75%.

A diferença de mESC 12 000 entre o saldo acima de mESC 94 961 e o saldo de mESC 82 961 evidenciado na Demonstração dos fluxos de caixa, no valor de mESC 82 961, representa o valor do depósito a prazo penhorado no âmbito de um empréstimo contraído junto da Caixa Económica.

8. Capital próprio

Os movimentos registados em 2013 e 2012 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

Em Assembleia Geral de 19 de Dezembro de 2013, decidiram os accionistas da CVFF, em face da não materialização da realização da parte remanescente do capital social da Sociedade, aceitar a subscrição pelo Estado de Cabo Verde de 53,19% do capital social da CVFF, pelo montante de mESC 58 508, através de incorporação do navio "Praia D'Aguada", cujo valor resultante da avaliação apresentada pelo Estado, deduzido de um desconto de 21,57%, ascende a mESC 80 000. A diferença entre os dois valores atrás referidos (mESC 21 492) deverá ser igualmente convertida em capital, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral e Resolução do Conselho de Ministros, razão pela qual se encontra registada em Instrumentos de capital próprio

O capital próprio da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 é negativo em mESC 418 832 (2012: negativo em mESC 371 916). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração, através do seu relatório de gestão, propõe aos accionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2013 na rúbrica de Resultados transitados corresponde ao resultado líquido do exercício de 2012.

9. Financiamentos obtidos

		2013			2012		
		Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações	A						
Banco Africano de Investimentos		-	433 327	433 327	-	432 413	432 413
Caixa Económica de Cabo Verde		-	529 019	529 019	-	528 046	528 046
Banco Comercial do Atlântico		-	282 139	282 139	-	280 230	280 230
Banco Interatântico		-	39 403	39 403	-	39 331	39 331
Banco Caboverdiano de Negócios		-	9 957	9 957	-	9 939	9 939
Obrigações vendidas após subscrição inicial		-	152 958	152 958	-	152 957	152 957
		-	1 446 803	1 446 803	-	1 442 917	1 442 917
Empréstimos bancários							
Rabobank	B	79 840	294 179	374 019	-	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde							
Financiamento - mESC 80 000	C	17 392	30 934	48 325	-	-	-
Financiamento - mESC 70 000	D	10 631	59 369	70 000	15 900	48 326	64 226
Descoberto Bancário		1 000	-	1 000	-	-	-
		29 022	90 303	119 325	15 900	48 326	64 226
Outros empréstimos							
Damen	E	49 394	20 339	69 734	-	-	-
		158 257	**1 851 624**	**2 009 881**	**15 900**	**1 491 243**	**1 507 143**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	CECV	Rabobank	Damen	Obrigacionista
2015-2016	57 320	159 680	20 330	-
2017-2018	33 013	135 498	-	-
Mais 2018	-	-	-	1 446 803
Total	90 333	295 178	20 330	1 446 803

A. Mercados de Valores Mobiliários – Empréstimo obrigacionista

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados. Na ocasião foram subscritas 1 300 000 obrigações, tendo sido posteriormente e até à presente data vendidas mais 152 957 obrigações, pelo que se encontram ainda por realizar 47 043 obrigações.

O saldo do empréstimo obrigacionista resulta do valor total das obrigações emitidas e realizadas, deduzidos dos respectivos encargos com a emissão, como segue:

Banco	Valor (deduzidos dos encargos)	Custos amortizados em 2011 e 2012	Vendas	Saldo em 31.12.12	Custos amortizados em 2013	Saldo em 31.12.13
Banco Africano de Investimentos	430 585	1 828		432 413	914	433 327
Caixa Económica de Cabo Verde	526 100	1946		528 046	973	529 019
Banco Comercial do Atlântico	276 414	3816		280 230	1908	282 138
Banco Interatântico	39 187	144		39 331	72	39 403
Banco Caboverdiano de Negócios	9 903	36		9 939	18	9 957
Obrigações vendidas após subscrição inici	136 005	-	16 952	152 957	-	152 957
	1 282 190	**7 770**		**1 442 917**	**3 885**	**1 446 802**

Os principais termos e condições do empréstimo segundo o último acordo resumem-se como segue:

(i) Maturidade: inicialmente de seis anos, entretanto alargado por mais quatro anos, conforme deliberação da Assembleia Geral de Obrigacionistas de Março de 2012, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

(ii) Taxa de juro nominal fixa de 7.5% (2013 a 2014), 8.75% (2015) e 10% (2016 a 2019).

(iii) O pagamento de juros efectuar-se-á semestral e postecipadamente.

(iv) Destinam-se à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no País.

(v) A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do último cupão.

(vi) O empréstimo tem subjacente a hipoteca, de primeiro grau, sobre os barcos a adquirir, a favor do representante comum dos obrigacionistas.

(vii) O empréstimo obrigacionista tem ainda subjacente um Acordo de recompra dos Navios, emitido pela DAMEN Shipyard, nos termos do qual o preço de recompra será de 40% ou 30% do preço de aquisição, conforme essa decorra nos três ou quatro anos seguintes à entrega do navio, respectivamente. A Sociedade deverá ainda suportar os custos relacionados com a diferença de condições do casco e maquinaria dos navios entre a entrega e reexpedição, determinada por um perito e uma comissão de 0,25% sobre preço de aquisição por ano a pagar à DAMEN, durante o período de resgate.

(viii) Além dos barcos, todos os activos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, cujo saldo contabilístico total à data do balanço ascende a mESC 1 769 145

B. RABOBANK - Cooperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleekbank B.A

Representa o valor do empréstimo equivalente a 3 400 000 Euros (equivalente a mESC 374 901) obtido em Setembro de 2013, destinado a financiar parte da dívida à DAMEN relativa à construção do navio LIBERDADI, os juros de mora e parte do custo com a estadia do navio em Singapura. O desembolso daquele montante ocorreu em Dezembro de 2013, pagos directamente à Damen, tendo na mesma data sido também pago o prémio de seguro directamente a ATRADIUS DUTCH STATE BUSINESS no valor de 220 386,54 Euros (equivalentes a mESC 24 301), os quais representam encargos com a emissão do empréstimo. Serão, anualmente, ao longo do período de reembolso do empréstimo acrescidos ao capital mutuado, a título de custo amortizado.

O empréstimo vence juros à taxa Euribor 6 meses mais 2.4% e é reembolsável em 10 semestres consecutivos de capital, no montante de 362 038 Euros.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

C. Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 80 000

Corresponde à parcela remanescente de um empréstimo, no montante de mESC 80 000, concedido em Agosto de 2011, e mESC 15 378 em 2012 para financiamento de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável, nos termos renegociados, em 47 meses (inicialmente 3 anos).

O empréstimo encontra-se garantido por aval de três accionistas.

D. Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 70 000

Representa o valor do empréstimo concedido em Dezembro de 2013, destinado a financiar futuros investimentos. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante total de mESC 1 453, com início em Janeiro de 2014.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde e suplementarmente por penhor do depósito a prazo no valor de mESC 12 000, por um período de 6 meses.

E. DAMEN

Corresponde à linha de crédito concedida pela DAMEN, destinada a regularizar a totalidade da dívida relacionada com o navio LIBERDADI. Vence juros à taxa anual de 7% e é reembolsável nos termos negociados, em 25 prestações.

10. Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2013	**2012**
Enacol	8 389	9 899
Enapor	2 615	1 201
CV Telecom	3 475	2 902
Vivo Energy	1 500	3 284
PwC	386	1 000
IMP (Instituto Marítimo e Portuário)	506	1 353
Outras	6 202	8 681
	23 073	**28 321**

Os saldos a pagar à ENACOL e VIVO ENERGY são devidos pelo fornecimento de combustíveis ao Navio KRIOLA.

A dívida a pagar à ENAPOR e IMP relaciona-se com serviços portuários prestados à Sociedade.

O saldo a pagar à CV Telecom relaciona-se com serviços de comunicação.

11. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	2013	2012
Juros de empréstimos obrigacionistas a pagar	190 526	128 792
Damen Shipyard - equipamentos	-	388 499
BCV - Bolsa de Valores de Cabo Verde	17 813	14 513
Responsabilidades assumidas para com o pessoal	2 424	5 289
Outras	3 599	1 222
	214 362	**538 315**

Os juros de empréstimos obrigacionistas a pagar compreendem mESC 145 138 relativos a juros vencidos e não pagos e mESC 45 388 referentes ao efeito da especialização dos juros com referência à data do balanço. Decorrem negociações quanto ao prazo de pagamento dos juros.

Os mESC 17 813 a pagar a BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde resultam do custo com a manutenção e com a custódia das Obrigações escriturais no período desde 2009 até 2013, os quais se encontram vencidos à data do Balanço.

O saldo da DAMEN em 2012 foi regularizado em 2013 com recurso aos empréstimos obtidos da RABOBANK e da própria DAMEN. Incluíam (i) facturação emitida em 2012 relacionada com as duas ultimas prestações do contrato de construção do navio "LIBERDADI" (mESC 299 921 conforme Nota 3), (ii) trabalhos e fornecimentos diversos, no montante de mESC 18 803, (iii) mESC 58 592 relativos a juros de mora sobre valores em dívida, calculados à taxa anual de 12% (ver Nota 17), e (iv) cerca de mESC 11 183 referentes a encargos com a estadia do navio "LIBERDADI" em Singapura .

12. Vendas e prestação de serviços

	mESC	
	2013	2012
Passagens	146 883	116 248
Carga	92 025	93 357
Publicidade	1 872	-
Vendas a bordo	2 637	2 629
Serviços secundários	116	37
	243 533	**212 270**
Devolução de passagens e carga	(598)	(405)
	242 935	**211 865**

Em 2013 foram transportados um total de 60 388 passageiros e 24 129 toneladas de carga (62 324 e 24 394, respectivamente em 2012).

13. Subsídios à exploração

Conforme se refere na Nota 6, o saldo desta rubrica representa o subsídio referente ao exercício de 2013 atribuído pelo Estado Cabo Verde (mESC 15 000).

14. Fornecimentos e serviços externos

		mESC	
		2013	2012
Combustível e outros fluídos	(i)	78 928	84 125
Serviços de Portos	(ii)	21 127	19 743
Vigilância e segurança	(iii)	9 714	10 436
Rendas e alugueres	(iv)	7 358	5 347
Comissões a intermediários	(v)	4 498	4 526
Conservação e reparação	(vi)	3 530	3 263
Honorários	(vii)	3 062	4 870
Seguros		2 227	2 178
Estudos e pareceres		1 746	1 671
Comunicação		1 529	2 367
Deslocações e estadas		1 505	2 617
Outros		8 553	8 361
		143 776	**149 503**

(i) Relacionam-se essencialmente com o fornecimento de combustível para o navio "KRIOLA" efetuada pela ENACOL e Vivo Energy. A diminuição do saldo face ao exercício anterior deve-se à redução do preço do gasóleo e à melhoria da programação e operações do navio "KRIOLA".

(ii) O saldo desta rubrica compreende essencialmente taxas portuárias facturadas pela ENAPOR e Instituto Marítimo Portuário. O aumento desta rubrica face a 2012 justifica-se pela introdução de um novo caderno tarifário pela Enapor.

(iii) O saldo desta rúbrica inclui mESC 7 912 (2012: mESC 8 635) referentes à estadia do navio "LIBERDADI" nos estaleiros da DAMEN (Janeiro a Novembro) e mESC 1 800 (2012: mESC 1 800) relativos a serviços de vigilância e segurança no navio KRIOLA.

(iv) O saldo desta rubrica inclui (i) as rendas dos escritórios da Sede e dos Portos no valor de mESC 3 334 (2012: mESC 4 152); a diminuição do saldo deve-se à suspensão em Outubro de 2013 do pagamento de renda da casa do Director Geral; (ii) aluguer de meios de transporte para consolidação das cargas avulsas no valor de mESC 2 880 (2012: mESC 1 100, a partir de agosto), e (iii) aluguer de equipamentos da ENAPOR, no valor de mESC 1 124.

(v) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões de vendas às agências de viagem pela venda de bilhetes da Sociedade.

(vi) Referem-se aos gastos de manutenção e conservação do "KRIOLA". O aumento do saldo face ao exercício anterior, deve-se aos gastos efectuados em Dezembro de 2013 com serviços de reparação de balsas e aquisição de filtros.

(vii) O saldo inclui essencialmente valores referentes a assessoria de gestão no valor de mESC 600 (mESC 1 493 em 2012), assessoria legal no montante de mESC 600 (mESC 1 345 em 2012) e serviços relacionados com a substituição de férias dos tripulantes no valor de mESC 1 087 (2012: mESC 2 031).

15. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2013	2012
Ordenados e salários	52 524	60 747
Outras despesas com o pessoal	14 335	7 823
	66 859	68 570
Número médio no final do ano	40	39
Número de empregados no final do ano	36	44

A diminuição do saldo de Ordenados e salários justifica-se pelo término de contrato de alguns funcionários, principalmente tripulação.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal compreende, essencialmente, (i) encargos com a segurança social no valor de mESC 6 443, (ii) seguros de acidentes de trabalho no valor de mESC 1 946, (iii) encargos com término de contratos de alguns funcionários, sendo mESC 2 750 ao Director Geral, mESC 1 323 referentes e Administrador Delegado e mESC 1 136 a outros funcionários,

16 Outros rendimentos e ganhos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 39 894 resultante do acordo celebrado com a Damen, o qual configura perdão de uma parcela da dívida relacionada fundamentalmente com os juros de mora debitados pelo atraso na liquidação das facturas.

17. Juros e perdas similares suportados

Compreendem, essencialmente juros de financiamentos obtidos, sendo (i) mESC 112 818 referente a juros do empréstimo obrigacionista (7º, 8º e especialização do 9º cupão), incluindo o custo de emissão referente a 2013 no valor de mESC 3 885, (ii) mESC 29 992 referentes ao reconhecimento dos juros de mora de Janeiro a Novembro de 2013 referentes ao atraso no pagamento à DAMEN das duas últimas prestações do contrato de construção das duas embarcações, (iii) mESC 5 021 referente a juros de empréstimo da Caixa Económica de Cabo Verde e (iv) mESC 3 300 referentes à custódia e manutenção anual das obrigações emitidas em 2009 pela Sociedade.

18. Resultado por acção básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado das acções, como segue:

	2013	2012
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(126 916)	(196 881)
Média Poderada de acções	80 746	45 273
Resultado por acção básico (ESC)	**(1 572)**	**(4 349)**

19. Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Os acréscimos e diferimentos tiveram a seguinte decomposição:

	2013	2012
Acréscimo de gastos		
Juros de empréstimos Obrigacionistas	45 388	45 388
Acréscimo de férias e Subsídio de férias	2 424	5 289
Outros Acréscimos Exerc.	322	482
Facturas em conf. ENAPOR e TLC	-	2 434
Honorários de exame às contas e fiscal único	1 720	1 680
	49 854	55 273
Gastos a reconhecer	124	124
Rendimentos a reconhecer	30 003	-

Os mESC 30 000 de rendimentos a reconhecer, correspondem ao adiantamento recebido da D.G. do Tesouro, sendo mESC 10 000 a título de subsídio à exploração de 2014 no âmbito do actual contrato de concessão e mESC 20 000 por conta de contractos de concessão de exploração das novas linhas a serem feitas pelo LIBERDADI e PRAIA D´AGUADA.

20. Garantias

Além das referidas nas Notas 3 e 9, não existem outras garantias prestadas pela Sociedade.

21. Partes relacionadas

As transacções ocorridas em 2013 e 2012 entre a Sociedade e partes relacionadas (no caso, os accionistas) referem-se a suprimentos concedidos (ver Nota 9).

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a mESC 11 340 (2012: mESC 12 674).

22. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

23. Eventos subsequentes

O navio LIBERDADI foi rececionado em finais de Março de 2014, tendo de seguida iniciados as operações.

Não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

.

III. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

pwc

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos. Em particular, alertamos os Acionistas para o facto da Empresa apresentar um capital próprio negativo, pelo que recomendamos sejam tomadas medidas para a sua resolução.

3 Como consequência do exame de auditoria, emitimos o respetivo Relatório de Auditoria, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

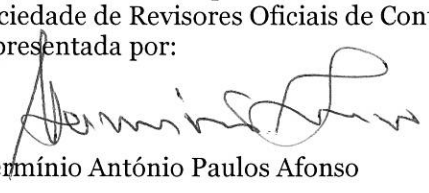
iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

21 de maio de 2014

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso

IV. RELATÓRIO DE AUDITORIA

pwc

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry SA, (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1 872 807 milhares de Escudos (mESC) e um total de capital próprio negativo de mESC 418 832, incluindo um resultado líquido negativo de mESC 126 916), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e as Normas Internacionais de Auditoria, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

8 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Cabo Verde Fast Ferry, SA em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, cumpre-nos realçar os seguintes aspetos:

10.1 As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Sociedade no futuro próximo. Contudo, a situação económico-financeira da Sociedade naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(a) Conforme se refere na Nota 10, o capital próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 apresenta o valor negativo de mESC 418 832. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração vai propor aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode qualquer acionista ou credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.

(b) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca e mESC 103 000, é manifestamente insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 440 000.

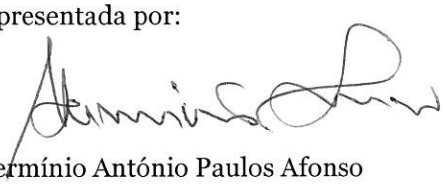
(c) Os encargos financeiros anuais com as obrigações ascenderão a aproximadamente mESC 113 000.

Neste contexto, a continuidade das operações da Sociedade está dependente do continuado apoio financeiro do Estado de Cabo Verde e dos restantes acionistas e obrigacionistas e da melhoria da sua rentabilidade esperada, com a entrada em operações de mais dois barcos (ver Nota 1.12).

10.2 O nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2012, emitido com data de 8 de maio de 2013, referia que não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação direta do saldo da Damen Shipyard , ascendendo, conforme os registos contabilísticos da Sociedade em 31 de dezembro de 2012, a mESC 388 499 e não tendo os procedimentos alternativos de auditoria por nós realizados permitido ultrapassar esta limitação, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade do referido saldo. Em 2013, foi obtida a confirmação do saldo, não tendo resultado correções de valor significativo nas demonstrações financeiras anexas.

21 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso